

Apêndice

Quadro 1

Características e cuidados na cartografia das controvérsias

Características	Cuidados que devem ser tomados pelo pesquisador
A observação e a descrição precedem a teorização e à análise (deixar os dados falarem).	Não significa que não se podem usar teorias e fazer análises que permitam compreender a complexidade do social, mas que se deve dar maior peso à observação do social sendo construída.
Não se impõe nenhuma filosofia ou procedimentos específicos, convidando os pesquisadores a usarem todos os instrumentos de observação em mãos e um <i>mix</i> deles sem restrição. A surpresa e a criatividade devem inspirar os protocolos de pesquisa.	Embora a ênfase seja a observação, a descrição e a inovação, ao fazer isso é preciso definir com clareza a forma de acesso aos dados e o escopo do objeto a ser pesquisado, bem como as técnicas de pesquisa, buscando coerência e considerando a factibilidade. É importante não se restringir a uma única teoria e metodologia.
Nem a teoria, nem a metodologia podem fornecer aos pesquisadores um ponto de vista objetivo, mas a objetivação pode ser buscada por meio da multiplicação dos pontos de observação.	Tentar levar em conta diferentes dimensões do fenômeno analisado e distintas escalas espaciais e temporais de análise, além de diferentes discursos: políticos, científicos e retóricos.
Os atores estão aptos a teorizar e a interpretar os fenômenos sociais, tanto quanto os cientistas sociais.	Respeitar e ouvir a voz dos sujeitos pesquisados, mais do que as pressuposições do pesquisador.
Nem todo debate é permeado por controvérsias e nem todo desacordo é uma controvérsia.	Procurar identificar e analisar as controvérsias que se caracterizam por: 1) envolver diversos tipos de atores, humanos e não humanos; 2) demonstrar o social em sua dinâmica e refletir sobre sua instabilidade; 3) ser resultantes de desacordos que podem se perpetuar; 4) ser objeto de debate/disputa; e 5) desencadear conflitos.
Apesar de todo fenômeno social poder ser interpretado como uma controvérsia, nem toda controvérsia é um bom objeto de análise.	Tentar identificar e analisar as controvérsias “quentes”: 1) as quais são objeto de debate e disputa; 2) não focalizar controvérsias ultrapassadas; 3) delimitar bem o objeto da controvérsia (evitar as muito amplas); e 4) priorizar as que envolvem o debate público.
<p>Chateauraynaud (2011), tratando da análise de controvérsias públicas, propõe recuperar a “balística do problema público”, ou seja, a trajetória não linear desses problemas ao longo do tempo, baseada no estudo das trajetórias dos atores, argumentos e mobilizações (ações) e suas consequências, cuja démarche supõe um trabalho particular. Segundo o autor, é importante descrever os encadeamentos, os deslocamentos ou as guinadas pelas quais os atores mudam seus modos de confrontação e a definição dos objetos da causa. Para isso é necessário resgatar o “dossier” referente ao problema público, caracterizado pelo corpus de documentos e informações que são produzidos em torno do mesmo, com o tempo.</p> <p>Esse resgate permite recuperar o componente narrativo que é constitutivo do problema público e, no caso aqui analisado, da política pública. Como destaca o autor, a sistematização e análise dos argumentos dos “autores-atores é um meio de acessar as transformações sucessivas de pontos de vista e detectar as oposições críticas em um grande corpus” (Chateauraynaud, 2011, p. 35). Tal operação é importante para a descrição e análise de trajetórias públicas complexas. Segundo ele, uma argumentação “é um discurso, vinculado ou não a uma ação em andamento”, que é organizado por meio de um processo de disputa - ou sua antecipação - a fim de defender uma visão de mundo, uma opinião ou uma tese, e projetado para resistir a críticas ou contestações. Assim, cada argumentação expressa em si, pelo menos como requisito implícito, uma ou várias visões de mundo ou cosmovisões (como denominadas por Latour, 2012) e também contra-argumentações, revelando as “gramáticas do discurso público” (Thévenot, 2007) ou como os problemas públicos são ou não são tratados ao longo do tempo.</p> <p>Assim, a cartografia de controvérsias pode possibilitar identificar as disputas no debate público, mas também as estabilizações que são muitas vezes mediadas por instrumentos de ação pública ou dispositivos (Lascoumes; Le Galès, 2007; Dodier; Barbot, 2017), como por exemplo, pelas normas jurídicas, que influenciam na coordenação das ações coletivas, dando origem ao que Latour (2012, 2014) denomina de “caixas-pretas”. Essa mediação dos instrumentos nos remete às interações entre humanos e não-humanos, que muitas vezes têm poder de agência e atuam como mediadores. Isso porque os instrumentos permitem materializar e operacionalizar a ação pública, promovendo a coordenação nas relações sociais entre os atores que fazem parte das arenas públicas.</p> <p>Em suma, a cartografia das controvérsias faz com que o pesquisador leve a sério os processos de disputa e sua influência na configuração das políticas públicas, o que geralmente é muito pouco considerado nesse campo de estudos, já que as narrativas de muitas políticas públicas, sobretudo no Brasil, são construídas em grande parte por visões dominantes e “discursos oficiais”, muitas vezes naturalizados e pouco questionados por aqueles que estudam as políticas. Sintetizamos, então, no Quadro 2, algumas noções-chave utilizadas neste artigo para realizar a cartografia de controvérsias nas arenas públicas que performam a política pública aqui em foco. No quadro, buscamos defini-las e também indicar como elas foram operacionalizadas na pesquisa.</p>	

Fonte: Elaborado e ampliado pelos autores a partir de Moraes e Andion (2018) e dos autores citados.

Quadro 2

Noções-chave na análise pragmatista de controvérsias em políticas públicas e como foram empregadas neste artigo

Noções-chave	Descrição
Problemas públicos	Um problema se torna público quando se transforma em objeto de atenção, isto é, de disputa, e diferentes posições que se confrontam e também podem se concertar para buscar agir sobre ele (Lascombes; Le Galès, 2007). Buscamos evidenciar a balística dos problemas públicos e do seu enfrentamento no campo dos direitos da criança e do adolescente, considerando uma análise longitudinal do debate nesse campo.
Arena Pública	Espaço sem contornos claros de confrontação e também de cooperação, nos quais os problemas públicos são significados e compartilhados e onde vários atores e instâncias, para além do aparelho do Estado, identificam, interpretam, se mobilizam e agem em torno desses problemas (Cefaï, 2002). Os públicos podem estar mais ou menos representados no debate promovido nas arenas públicas e, portanto, na análise aqui empreendida busca-se essa compreensão.
Públicos	Conjunto de pessoas, organizações e instituições diretamente ou indiretamente afetadas pela percepção compartilhada das consequências indesejadas produzidas pela vida associada e que podem ou não se mobilizar para tentar resolvê-las (Cefaï, 2002). Os públicos podem estar mais ou menos representados no debate promovido nas arenas públicas e, portanto, na análise aqui empreendida busca-se essa compreensão.
Ator-Rede	Ator é tudo que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, objetos, animais, símbolos, ou seja, a humanos e não humanos. Ator e rede são as duas faces de um mesmo fenômeno já que nenhum ator age sozinho (Latour, 2012). Consideramos atores-rede os porta-vozes humanos, mas também os actantes (não humanos) que exercem agência na política, incluindo os dispositivos e instrumentos da política (leis, programas, regulações, etc.) forjados ao longo do tempo para garantir os direitos das crianças e adolescentes.
Ação Pública	Cruzamento de ações coletivas que promove a criação de uma determinada ordem social e política performada nas arenas públicas (Lascombes; Le Galès, 2007; Cefaï, 2002). A ação pública pode ser promovida em diversos âmbitos, para além da esfera governamental e pode ou não se explicitar e/ou estar relacionada ao debate público.
Controvérsias	Situações nas quais os atores discordam e descobrem que não podem ignorar uns aos outros. Referem-se aos debates que não estão estabilizados e que contêm incerteza e indeterminação. Controvérsias começam quando os atores descobrem que não podem ignorar um ao outro e acabam quando os atores buscam construir sólidos compromissos para viver juntos (Venturini, 2010). As controvérsias podem ou não levar a uma estabilização. Neste artigo, acessamos as controvérsias no debate público da arena estudada por meio da identificação de situações de desacordo expressas nas declarações públicas pelos seus porta-vozes e seus desdobramentos.
Situações de prova	Configuram-se como momentos de indeterminação numa trajetória, nos quais as possibilidades de uma mudança de estado e das relações são reveladas no fluxo da ação. Nesses momentos as pessoas precisam "provar" suas competências, seja para agir, designar, qualificar, julgar ou justificar algo ou alguém. Trata-se de um momento de incerteza e indeterminação por excelência, mas também constitui uma ocasião para chegar a um novo acordo sobre o estado dos seres (pessoas ou coisas) (Chateauraynaud, 2011). Na reconstituição da balística dos problemas públicos aqui analisados, buscamos revelar as principais situações de prova e momentos de bifurcação encontrados a partir da análise das controvérsias.
Caixa-Preta	Estabilização temporária das controvérsias, processos de concertação que se caracterizam por uma construção, sempre provisória, de acordos e compromissos (Venturini, 2010; Latour, 2012; 2014). As caixas-pretas ou estabilizações podem levar à concepção de instrumentos e dispositivos de ação pública, mas também as caixas pretas podem ser reabertas, gerando novas controvérsias.
Instrumentos de ação pública ou dispositivos	Dispositivos sociotécnicos, que permitem estabilizar as formas de ação pública, torná-las mais previsíveis, organizando e mediando as relações sociais entre os atores-rede (Lascombes; Le Galès, 2007). Consideramos os instrumentos de ação pública como portadores de agência e, portanto, buscamos mapeá-los na cartografia.
Sentenças/declarações	Remetem às declarações ou às "palavras flutuantes" (<i>floating words</i>) que são mobilizadas e publicizadas pelos atores em seus discursos e posicionamentos públicos (Latour, 2014). Neste artigo, partimos das sentenças coletadas sobretudo nas notícias da mídia (mas também nos artigos e documentos legais) para acessar os temas de controvérsia e em seguida as visões de mundo que eles revelam.
Cosmovisões ou visões de mundo	Remetem às visões de mundo, aos gradientes da crítica (Chateauraynaud, 2011) ou as gramáticas do discurso público produzidas pelos argumentos, posicionamentos e/ou "regimes de engajamento" dos atores nas arenas públicas (Latour, 2014). Para ilustrar essas cosmovisões, buscou-se agrupar temas de controvérsia e relacionar os argumentos no debate, o que permitiu construir as mandalas das controvérsias apresentadas na análise.
Lançadores de alerta	O lançador de alerta pode ser qualquer pessoa "capaz de intervir no funcionamento de um coletivo detectando ações ou fenômenos que tornam tangíveis uma ameaça ou um risco contingente ou uma degradação permanente de direitos e interesses coletivos" (Chateauraynaud, 2011). Na análise empreendida, identificamos diversos lançadores de alerta que atuam como importantes agentes de denúncia e combate à violação de direitos e também como mobilizadores para novas agendas em termos de promoção de direitos das crianças e adolescentes.

Fonte: Elaboração própria, com base nos autores citados.

Quadro 3
Notícias analisadas do Jornal "O Globo"

Data	Título da Notícia
21/04/1985	Entidades defendem mais recursos para a criança
03/06/1985	Menino de Rua
29/09/1985	Fome e desnutrição: a amarga realidade da criança em todo o País
12/10/1985	Documento do Dia D chega terça-feira ao Planalto
14/10/1985	Dom Avelar exalta direito à educação
29/05/1986	Meninos de rua acabam encontro pedindo educação
20/08/1986	Campanha pelos direitos da criança começa dia 27
11/10/1986	Na festa do Dia da Criança, Sarney anuncia atos para ajudar menores
30/09/1987	Congresso debate espancamento de crianças, a 'doença' esquecida
09/10/1987	TV Globo mobiliza público para a ajuda aos menores
13/04/1988	CNBB quer influir na Constituição
16/08/1988	Fundação critica destino de recursos para criança
23/12/1988	Aceitação do inaceitável
23/11/1989	Mais de 600 crianças fazem a festa no Senado
03/05/1990	Um 'lobby' pelas crianças
01/06/1990	Raspadinha federal é criada para amparar criança carente
12/10/1990	Entra em vigor hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente
05/04/1991	Plano de proteção a menor é lançado
02/08/1991	Unicef exalta campanha da Rede Globo pelo menor
19/10/1991	Presidente rebate críticas aos Centros
21/11/1992	Criado Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
27/11/1992	Minas tem solução para o menor carente
14/04/1993	Comissão investiga a castração de meninos no Pará
27/05/1993	OIT combaterá trabalho de crianças no Brasil
22/09/1993	Unicef cita o Brasil por não respeitar direitos da criança
05/10/1993	Oitocentas mil crianças são prostituídas no Brasil
28/07/1994	Ministro recebe denúncia de mutilação de adolescentes
15/09/1994	Jovens carentes terão cem mil empregos
16/07/1995	Trabalho de criança, arrimo de família
12/10/1995	Governo ataca prostituição de crianças
03/02/1996	Governo exige que estados cumpram Estatuto do Menor
28/02/1996	Governo admite falhas em programas de assistência a menores e a idosos
05/03/1996	Comunidade quer reduzir impostos de empresa que investir em programa social
02/06/1996	Maus-tratos a crianças aumentam no interior do país
03/09/1996	Pastoral da Criança vai concorrer ao Nobel da Paz
16/02/1997	Ibase já teve até que demitir e vender casa
26/03/1997	Governo investigará prostituição
15/07/1997	Governo quer combater pedofilia na Internet
09/12/1998	Ex-Beatle auxilia crianças brasileiras
09/12/1998	Unicef dá nota 5 a qualidade da educação no Brasil
02/03/1999	Presidente do STF critica cortes
26/07/1999	Um prêmio para os prefeitos-crianças
27/10/1999	OAB critica afirmação de Covas sobre Febem
13/07/2000	Unicef: menores brasileiros sabem evitar a Aids
26/11/2000	Vencedores do Prêmio Criança saem amanhã
02/09/2001	Atores e vítimas da violência
22/03/2002	Série 'Retratos do Rio' recebe prêmio do Instituto Ayrton Senna
30/08/2002	Fundação Abrinq pede a candidatos compromisso com crianças e jovens
12/09/2002	Petista assina carta da Pastoral da Criança
02/09/2003	Governo investirá R\$ 55,9 bi até 2007 em projetos para crianças e jovens
17/09/2003	"Sucursais do inferno"
23/11/2003	Um ambiente de pavor e rivalidade
01/12/2003	Lula anuncia plano para menores infratores
19/05/2004	Nilmário elogia e comete gafe com caminhoneiros
10/12/2004	Pobres desde a Infância
15/03/2005	Conselho da Criança pede extinção da Febem
01/05/2006	MP decide investigar as finanças de ONGs
23/02/2007	Um infrator custa sala de aula inteira
20/04/2007	O Globo ganha prêmio IGE de Jornalismo

Data	Título da Notícia
27/04/2007	Cadeia mais cedo para menores
27/06/2007	Classificação indicativa, uma polêmica em debate
28/06/2007	Na infância violada, a inocência é de criminosos
11/10/2007	Lula agora vai laçar o PAC da Criança, que também prevê bolsa
15/06/2008	Crianças são aliciadas pelas famílias para prostituição no Pará, diz relatório
29/11/2008	Países vão criar banco de dados sobre pedofilia
24/05/2009	Investimentos sem retorno garantido
22/07/2009	Violência matará 33 mil adolescentes até 2012
08/01/2010	Muito além dos direitos humanos
17/01/2010	Violência invisível e marcante
16/05/2010	Em debate, a hora certa de separar mãe e filho
22/04/2011	Segurança de menores é prejudicada pela burocracia
31/10/2011	No campo, mais de 37 mil escolas fechadas
15/01/2012	A cada 11 minutos, pelo menos uma pessoa desaparecendo Brasil
19/02/2012	Plano Nacional de Proteção à Infância e Adolescência
13/04/2013	Para especialistas, aumentar punição a menor é paliativo
04/05/2013	Para casos graves, pena ainda branda
23/12/2013	A Relação entre o cárcere materno e o desempenho escolar
24/02/2014	Uma legião de abandonados
27/04/2014	Estados, municípios e União reforçam combate
01/05/2015	Sangria nos projetos sociais
01/05/2015	Repúdio à redução da maioridade une ex-ministros
03/06/2015	Maioridade: Dilma pede campanha contra redução
24/08/2015	Maioria do senado é contrária à redução da maioridade penal
15/09/2015	Em meio à crise, São Paulo corte leite para crianças
29/01/2016	Zika: uma epidemia explosiva
02/02/2016	Zika: uma rotina de cuidados difícil e cara
15/07/2016	Falta de vagas compromete meta do PNE para 2016
17/09/2016	Precisamos falar sobre os jovens
30/01/2017	Tragédia anunciada: a baixa cobertura vacinal
10/02/2017	Escola ou presídio?
14/02/2017	Juventude perdida
17/02/2017	Longo caminho para a reforma da educação
04/03/2017	Excluir a história da grade é uma aberração
13/03/2017	Reforma do ensino médio
28/03/2017	Uma corrida por projeto que protege criança
30/03/2017	Mapa da infância
03/04/2017	Resgate da infância: antídoto da violência
12/04/2017	Mais de 133 mil denúncias de violações de direitos humanos foram registradas em 2016
27/05/2017	Crianças invisíveis
29/05/2017	Contas com o passado
01/06/2017	Professores sobre vigilância constante
05/06/2017	Infratores de volta às ruas
16/06/2017	Crise fecha núcleo para vítimas de violência
16/06/2017	Infância desprotegida
21/07/2017	Violência pode reduzir potencial de alunos
14/09/2017	Vacinas atrasadas
30/09/2017	Governo suspende mais um programa antidrogas
22/10/2017	A violência que vai à escola todo dia
24/11/2017	As prioridades para a adoção
30/11/2017	Gastos com proteção à infância recuam
04/12/2017	MPT pede ao IBGE esclarecer novos números de trabalho infantil
18/02/2018	A violência que compromete o futuro
21/02/2018	Infância longe do cárcere
21/04/2018	As dores da infância
24/04/2018	Relatório mostra que 40% das crianças no país vivem na pobreza
19/08/2018	Tragédia juvenil: a cada 8 dias um infrator apreendido morre no Brasil
16/09/2018	Evasão e violência lideram preocupações de jovens, diz Unicef
06/11/2018	OEA condena redução da maioridade penal no Brasil
24/01/2019	Alfabetização e ensino domiciliar são metas do governo
04/02/2019	Ação do PSL quer facilitar a apreensão de menores

Quadro 4
Documentos legais analisados

Data de publicação	Documentos legais
05/10/1988	Constituição Federal de 1988
13/07/1990	Lei nº 8.069/1990
12/10/1991	Lei nº 8.242/1991
06/11/1992	Lei nº 8.479/1992
31/03/1993	Lei nº 8.642/1993
07/12/1993	Lei nº 8.742/1993
06/07/1994	Lei nº 8.909/1994
06/09/1994	Lei nº 8.930/1994
05/12/1996	Lei nº 9.318/1996
07/04/1997	Lei nº 9.455/1997
28/07/1999	Lei nº 9.811/1999
17/05/2000	Lei nº 9.970/2000
23/06/2000	Lei nº 9.975/2000
08/11/2000	Lei nº 10.048/2000
11/04/2001	Lei nº 10.219/2001
15/04/2002	Lei nº 10.421/2002
28/05/2003	Lei nº 10.683/2003
22/10/2003	Lei nº 10.748/2003
12/11/2003	Lei nº 10.764/2003
13/05/2004	Lei nº 10.869/2004
27/08/2004	Lei nº 10.940/2004
21/03/2005	Lei nº 11.104/2005
16/05/2005	Lei nº 11.114/2005
07/10/2005	Lei nº 11.185/2005
30/12/2005	Lei nº 11.259/2005
30/12/2005	Lei nº 11.258/2005
03/01/2006	Lei nº 11.265/2006
06/02/2006	Lei nº 11.274/2006
18/09/2007	Lei nº 11.523/2007
20/09/2007	Emenda Constitucional 54/2007
25/09/2007	Lei nº 11.525/2007
12/11/2007	Lei nº 11.542/2007
22/11/2007	Lei nº 11.577/2007
28/11/2007	Lei nº 11.583/2007
05/12/2007	Lei nº 11.605/2007
04/04/2008	Lei nº 11.650/2008
13/06/2008	Lei nº 11.698/2008
13/06/2008	Lei nº 11.700/2008
01/08/2008	Lei nº 11.762/2008
09/09/2008	Lei nº 11.770/2008
25/11/2008	Lei nº 11.829/2008
28/05/2009	Lei nº 11.942/2009
03/08/2009	Lei nº 12.010/2009
07/08/2009	Lei nº 12.015/2009
01/10/2009	Lei nº 12.038/2009
17/12/2009	Lei nº 12.127/2009
13/07/2010	Emenda Constitucional 65/2010
26/08/2010	Lei nº 12.318/2010
04/03/2011	Lei nº 12.393/2011
28/03/2011	Lei nº 12.398/2011
09/06/2011	Lei nº 12.415/2011
18/01/2012	Lei nº 12.594/2012
03/04/2012	Lei nº 12.602/2012
17/05/2012	Lei nº 12.650/2012
18/07/2012	Lei nº 12.685/2012
25/07/2012	Lei nº 12.696/2012
03/10/2012	Lei nº 12.722/2012
05/06/2013	Lei nº 12.817/2013
26/12/2013	Lei nº 12.921/2013
05/02/2014	Lei nº 12.955/2014
08/04/2014	Lei nº 12.962/2014

Data de publicação	Documentos legais
21/05/2014	Lei nº 12.978/2014
26/06/2014	Lei nº 13.010/2014
01/12/2014	Lei nº 13.046/2014
08/03/2016	Lei nº 13.257/2016
17/03/2015	Lei nº 13.106/2015
04/07/2016	Lei nº 13.306/2016
27/06/2016	Lei nº 13.301/2016
04/04/2017	Lei nº 13.431/2017
12/04/2017	Lei nº 13.436/2017
26/04/2017	Lei nº 13.438/2017
08/05/2017	Lei nº 13.440/2017
08/05/2017	Lei nº 13.441/2017
22/11/2017	Lei nº 13.509/2017
24/09/2018	Lei nº 13.715/2018
02/10/2018	Lei nº 13.721/2018
22/11/2018	DEC 9.579/2018
10/12/2018	DEC 9.603/2018
03/01/2019	Lei nº 13.798/2019
16/03/2019	Lei nº 13.812/2019

Quadro 5
Artigos científicos analisados

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
1998	Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social	Otávio, Cruz Neto; Marcelo Rasga, Moreira	Cadernos de Saúde Pública
1999	Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos	Irene, Rizzini; Gary, Barker; Neide, Cassaniga	Educar em Revista
1999	A mulher, a criança e seus direitos	Maria Malta, Campos	Cadernos de Pesquisa
1999	Sim à garantia para a infância e juventude do exercício dos direitos elementares da pessoa humana: Não à diminuição da imputabilidade penal	Olympio de Sá Sotto Maior Neto	Educar em Revista
2000	(Sobre)vivendo nas ruas: habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes	Tatiane Neme, Campos; Zilda Aparecida Pereira, Del Prette; Almir, Del Prette	Psicologia: Reflexão e Crítica
2000	Desenho da política dos direitos da criança e do adolescente	Ailton José, Morelli; Eliana, Silvestre; Telma Maranhão, Gomes	Psicologia em Estudo
2000	Implicações éticas da violência doméstica contra a criança para profissionais de saúde	Ana L, Ferreira; Fermin R, Schramm	Rev. Saúde Pública
2000	MULHERES: 500 anos de muitas perdas e alguns ganhos	Ide, Iolanda Toshie	Impulso
2002	Sem Direito de Amar? A Vontade de Ter Filhos Entre Homens (e Mulheres) Vivendo Com o HIV	Paiva, Vera; Lima, Tiago Novaes; Santos, Naila; Ventura-Filipe, Elvira; Segurado, Aluisio	Psicologia USP
2002	Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência	Weber, Lidia Natalia Dobrianskyj; Viezzer, Ana Paula; Brandenburg, Olivia Justen; Zocche, Claudia Regina Endo	Psico-USF
2002	Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento	Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde; Ramon, Fabiola; Silva, Ana Paula Soares	Cadernos de Pesquisa
2002	A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete. Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos	Lyra, Jorge; Medrado, Benedito; Nascimento, Pedro; Galindo, Dolores; Moraes, Maristela; Pedrosa, Cláudio	Cadernos CEDES
2002	Entre o risco biológico e o risco social: um estudo de caso	Oliveira-Formosinho, Júlia; Araújo, Sara Barros	Educação e Pesquisa
2003	Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil	Brino, Rachel de Faria; Williams, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque	Cadernos de Pesquisa
2003	Conselho Tutelar: um novo instrumento social contra o fracasso escolar?	Souza, Marilene Proença Rebello de; Teixeira, Danile Caetano da Silva; Silva, Maria Carolina Yazbek Gonçalves da	Psicologia em Estudo
2003	A importância da brincadeira: o discurso de crianças trabalhadoras e não trabalhadoras	Cunha De Oliveira, Indira Caldas; Francischini, Rosângela	Psicologia: Teoria e Prática
2003	Considerações sobre qualidade na educação infantil	Corrêa, Bianca Cristina	Cadernos de Pesquisa
2004	Violência-Resistência: o que as rebeliões dos adolescentes em conflito com a Lei nº nos ensinam	Vicentin, Maria Cristina Gonçalves	Impulso

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2004	A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte	Pinheiro, Ângela de Alencar Araripe	Psicologia em Estudo
2004	A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde	Mitre, Rosa Maria de Araújo; Gomes, Romeu	Ciência & Saúde Coletiva
2005	Aprendendo a lição. Uma etnografia das varas especiais da infância e da juventude	Miraglia, Paula	Novos Estudos
2005	Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas	Côrtes, Soraya M. Vargas	Educar em Revista
2005	É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança	Santana, Juliana Prates; Doninelli, Thaís Mesquita; Frosi, Raquel Valente; Koller, Sílvia Helena	Psicologia em Estudo
2005	A perspectiva das mães sobre o óbito infantil: uma investigação além dos números	Goulart, Lúcia Maria Horta de Figueiredo; Somarriba, Mercês Gomes; Xavier, César Coelho	Cadernos de Saúde Pública
2005	Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas	Asmus, Carmen Ildes Rodrigues Fróes; Raymundo, Carmen Maria; Barker, Suyanna Linhares; Pepe, Carla Cristina Coelho Augusto; Ruzany, Maria Helena	Ciência & Saúde Coletiva
2006	Estudantes em situação de risco e prevenção	Caliman, Geraldo	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
2006	A escuta de crianças no sistema de justiça	Brito, Leila; Ayres, Lygia; Amen, Marcia	Psicologia & Sociedade
2006	Adolescência, sexualidade e reprodução: construções culturais, controvérsias normativas, alternativas interpretativas	Ventura, Miriam; Corrêa, Sonia	Cadernos de Saúde Pública
2006	Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI?	Thurler, Ana Liési	Sociedade e Estado
2006	Crianças órfãs e vulneráveis pelo HIV no Brasil: onde estamos e para onde vamos?	Ivan, França-Junior; Marlene, Doring; Isete Maria, Stella	Rev. Saúde Pública
2006	Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos	Bellenzani, Renata; Malfitano, Ana Paula Serrata	Saude E Sociedade
2007	A consulta médica no contexto do programa saúde da família e o direito da criança	Oliveira Lima, Isabel Maria Sampaio; Alves, Vânia Sampaio; Silva Franco, Anamélia Lins	Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum.
2007	Escola e Organização Não Governamental: educação formal e não-formal de jovens da periferia de Fortaleza	Freitas, Isaurora Cláudia Martins de	Caderno CRH
2007	Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro	Rizzini, Irene; Pereira, Luciléia; Thapliyal, Nisha	Revista Katálysis
2007	Significados que as crianças atribuem aos seus direitos	dos Santos, Gilberto Lima; Chaves, Antonio Marcos	Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum.
2007	Juventude e sistema de direitos no Brasil	Gonçalves, Hebe Signorini; Garcia, Joana	Psicologia: Ciência e Profissão
2007	Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência	Costa, Maria Conceição O.; Bigras, Marc	Ciência & Saúde Coletiva

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2007	Projeto Russas: um exemplo de intervenção sociológica	Matos, Fátima Regina Ney; Almeida, Ana Marcia	Cadernos EBAPE.BR
2007	Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Projeto Escola que Protege	Rosângela, Francischini; Manoel Onofre de, Souza Neto	Rev. Dep. Psicol. UFF
2008	Exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade.	Mattar, Laura Davis	Cadernos de Pesquisa
2008	A extração da verdade e as técnicas inquisitórias voltadas para a criança e o adolescente	Aleixo, Klelia Canabrava	Psicologia Clínica
2008	Children and Adolescents' Commercial Sexual Exploitation: Comparing Truck Drivers Clients and Non-Clients of Sexual "Services"	Cerqueira-Santos, Elder; Moraes, Normanda A.; Moura, Andreina S.; Koller, Silvia Helena	Psicologia-Reflexão E Crítica
2008	Embrião humano: uma reflexão sobre bioética	Petry Veronese, Josiane Rose	Pensamento & Realidade
2008	Educação da infância: estar junto sem ser igual. Conflitos e alternativas da relação da educação infantil com o ensino fundamental!	Souza, Gizele de	Educar
2008	Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de Justiça em temas associados aos Direitos Humanos.	de Oliveira, Marina Pereira Pires	Cadernos Pagu
2008	Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa	Aguinsky, Beatriz; Capitão, Lúcia	Revista Katálisis
2008	Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia	Bento, Rilma	Psicologia: Teoria e Prática
2008	Futebol libertário: compromisso social na medida	Silva, Fábio Silvestre; Oliveira, Francisco Helder da Silva; Piccione, Marcelo Arruda; Lemos, Roberta Freitas	Psicologia: Ciência e Profissão
2009	O abrigo e as redes de proteção para a infância e a juventude	Ayres, Lygia Santa Maria; Cardoso, Ana Paula; Pereira, Livia Cretton	Fractal: Revista de Psicologia
2009	As políticas sociais públicas e os novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes	Jimena Cristina Gomes Aranda, Oliva; Samira, Kauchakje	Revista Katálisis
2009	Atenção ao adolescente vítima de violência: participação de gestores municipais de saúde	Mariluce Karla Bomfim de, Souza; Judith Sena da Silva, Santana	Ciência & Saúde Coletiva
2009	O Estatuto da Criança e do Adolescente em discursos autoritários	Lemos, Flávia Cristina Silveira	Fractal: Revista de Psicologia
2009	Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção versus autonomia?	Arantes, Esther Maria de Magalhães	Psicologia Clínica
2009	Um cidadão não nasce grandão - Citizens in the Making: a contribution to children's environmental health education	Pereira, Beatriz; Silva, Katia S. S.; de Souza, Ricardo P.	Saúde E Sociedade
2010	The role of management councils of public polices: a debate on practices in the Municipal Councils of Chapeco, Santa Catarina State	Kleba, Maria Elisabeth; Matielo, Alexandre; Comerlatto, Dunia; Renk, Elisonia; Colliselli, Liane	Ciência & Saúde Coletiva
2010	Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos	Fonseca, Laura Souza	Trabalho, Educação e Saúde
2010	Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças	Santos, Gilberto Lima dos; Chaves, Antonio Marcos	Psicologia Escolar e Educacional

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2010	A creche na educação infantil: entre o ofício e o direito	Nascimento, Maria Letícia Barros Pedroso	Estudos de Sociologia
2010	Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil	Lazzaretti De Souza, Ana Paula; Finkler, Lirene; Dalbosco Dell'aglio, Débora; Koller, Sílvia Helena	Avances en Psicología Latinoamericana
2010	A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões	Rosemberg, Fúlvia; Mariano, Carmem Lúcia Sussel	Cadernos de Pesquisa
2010	O agronegócio e o problema do trabalho infantil.	Marin, Joel Orlando Bevilaqua	Revista de Sociologia e Política
2010	Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a Lei nº	Sartório, Alexsandra Tomazelli; Rosa, Edinete Maria	Serviço Social & Sociedade
2010	Conhecimento dos profissionais de saúde sobre os direitos da criança hospitalizada: um estudo exploratório	Ilvana Lima Verde, Gomes; Rosângela, Caetano; Maria Salete Bessa, Jorge	Ciência & Saúde Coletiva
2010	A educação inclusiva na percepção dos professores de química	Vilela-Ribeiro, Eveline Borges; Benite, Anna Maria Canavaro	Ciência & Educação (Bauru)
2011	Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação	Monte, Franciela Félix de Carvalho; Sampaio, Leonardo Rodrigues; Rosa Filho, Josemar Soares; Barbosa, Laila Santana	Psicologia & Sociedade
2011	Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais	Benelli, Silvio José; Costa-Rosa, Abílio da	Estudos de Psicologia (Campinas)
2011	Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação	Costa, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da; Santos, Maíra Mendes dos; Franco, Kelly Silva; Brito, Afonso de Oliveira	Psicologia: Ciência e Profissão
2011	Between Coldness, Calculation and "Crazy Life": violence and suffering in an adolescent's trajectory while complying with a social-educational measure	Malvasi, Paulo Artur	Saúde E Sociedade
2011	Ele não Quer com Camisinha e eu Quero me Prevenir: exposição de adolescentes do sexo feminino às DST/aids no semiárido nordestino	Sampaio, Juliana; dos Santos, Roseléia Carneiro; Lopes Callou, Jayce Layana; Cunha Souza, Bruna Barreto	Ciência & Saúde Coletiva
2011	Cidadania e inserção laboral assistida: a experiência do trabalho formal de adolescentes pobres	Silva, Victor Hugo da	Estudos de Psicologia (Natal)
2011	Crianças, gênero e sexualidade: realidade e fantasia possibilitando problematizações	Ribeiro, Cláudia Maria	Revista Estudos Feministas
2011	Influência do exame médico-legal na responsabilização do autor da violência sexual contra adolescentes	Drezett, Jefferson; Junqueira, Lia; Tardelli, Roberto; Antonio, Irene Pires; Macedo Jr, Hugo; Vertamatti, Maria Auxiliadora F.; Pimentel, Renata Martins; de Abreu, Luiz Carlos	Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2011	Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes	de Brito, Cristiane Vinholi; Souza, José Carlos	Psicologia: Teoria e Prática
2011	Adolescente em conflito com a Lei nº: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento	Costa, Liana Fortunato; Penso, Maria Aparecida; Sudbrack, Maria Fátima Olivier; Jacobina, Olga Maria Pimentel	Psicologia em Estudo
2011	Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes	Lazzaretti Souza, Ana Paula de; Dutra-Thomé, Luciana; Dei Schiró, Eva Diniz Bensaja; Moraes, Camila de Aquino; Koller, Silvia Helena	Paidéia (Ribeirão Preto)
2012	A Interrupção da Gravidez na Adolescência: aspectos epidemiológicos numa maternidade pública no nordeste do Brasil	Chaves, José Humberto Belmino; Pessini, Leo; de Sousa Bezerra, Antônio Fernando; Rego, Guilhermina; Nunes, Rui	Saúde E Sociedade
2012	A Jovem Mãe e o Mercado de Trabalho	Ogido, Rosalina; Schor, Neia	Saúde E Sociedade
2012	Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade	Arpini, Dorian Mônica; Siqueira, Aline Cardoso; Savegnago, Sabrina Dal Ongaro	Psicologia: teoria e prática
2012	A amamentação entre filhos de mulheres trabalhadoras	Aline Alves Brasileiro; Gláucia Maria Bovi, Ambrosano; Sérgio Tadeu Martins, Marba; Rosana de Fátima, Possobon	Revista Saúde Pública
2012	Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário	Arantes, Esther Maria de Magalhães	Psicologia Clínica
2012	A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos	Leite, Vanessa	Psicologia Clínica
2012	Direitos humanos e democracia na educação infantil: atuação do psicólogo escolar em uma associação pró-educação	Chagas, Julia Chamusca; Pedroza, Regina Lúcia Sucupira; Branco, Angela Uchoa	Estudos de Psicologia (Natal)
2012	Tri-sector partnerships in social entrepreneurship: discourse and practice of the actors from the circles of action and reflection	Bronzo, Carla; Teodósio, Armindo dos Santos de Sousa; Rocha, Márcia Cristina Gomes da	Revista de Administração (São Paulo)
2012	Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar	Patias, Naiana Dapieve; Siqueira, Aline Cardoso; Dias, Ana Cristina Garcia	Educação e Pesquisa
2012	Sexualidade infanto-adolescente e seu reconhecimento como direitos humanos: a necessidade de mais reflexão e teorizações	Nogueira Neto, Wanderlino	Psicologia Clínica
2012	Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização	Nascimento, Maria Livia do	Psicologia & Sociedade
2012	Estudo técnico sobre afastamento do agressor do lar no abuso sexual: autor, família e vítima	Chaves, Eduardo; Costa, Liana Fortunato	Psicologia: Teoria e Prática
2012	Assistência religiosa no sistema socioeducativo: a visão dos operadores do direito	Simões, Pedro	Religião & Sociedade
2012	Atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo com relação ao direito de crianças e adolescentes à educação	Silveira, Adriana Dragone	Revista Brasileira de Educação
2012	A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores	Cardoso Siqueira, Aline; Ferrazza Alves, Cássia; Elso Leão, Flavia	Psicologia: teoria e prática

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2012	Programa de habilidades interpessoais e direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes: um relato de experiência	Murta, Sheila Giardini; Ribeiro, Danilo Cruvinel; Rosa, Isabela de Oliveira; Menezes, Jordana Calil Lopes de; Rieiro, Marcella Regina Silva; Borges, Ohary de Sousa; Paulo, Silvia Guimarães de; Oliveira, Verônica de; Miranda, Victor Hugo de; Del Prette, Almir; Del Prette, Zilda A. P.	Psico-USF
2012	Direitos sexuais e reprodutivos na escola: avaliação qualitativa de um estudo piloto	Murta, Sheila Giardini; Rosa, Isabela Oliveira; Menezes, Jordana Calil Lopes de; Rieiro, Marcella Regina Silva; Borges, Ohary de Sousa; Paulo, Silvia Guimarães de; Oliveira, Verônica de; Ribeiro, Danilo Cruvinel; Del Prette, Almir; Del Prette, Zilda	Psicologia: Teoria e Pesquisa
2012	Uma Ação Sinérgica por Direitos Reprodutivos: uma história sem fim	Negrão, Telia	Saúde E Sociedade
2012	Programa de erradicação do trabalho infantil: ações extensionistas e protagonismo	Alberto, Maria de Fátima Pereira; Borges, Romanan Silva; Pessoa, Manuella Castelo Branco; Sousa, Juliana Mendes Lopes de; Araújo, Pedro Felipe Moura de; Vaz, Rodrigo de Oliveira Feitosa; Farias, Felipe Medeiros de; Mendes, Leonardo José de Alencar	Psicologia: Ciência e Profissão
2012	Uma história dos direitos da criança nos países lusófonos	Arend, Silvia Maria Favero	Estudos Históricos (Rio de Janeiro)
2013	Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e o Controle Social	Freitas, Poliana; de Andrade, Sandra Mara	Revista Capital Científico
2013	Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social	Benelli, Silvio José; Costa-Rosa, Abílio da	Estudos de Psicologia (Campinas)
2013	Em busca de justiça ao jovem: a difícil articulação entre os poderes	Sposato, Karyna Batista; Andrade, Marisa Meneses de	Revista Direito GV
2013	O Primado do Reconhecimento sobre a Redistribuição: a origem dos conflitos sociais a partir da teoria de Axel Honneth	Fuhrmann, Nadia Lucia	Sociologia
2013	Contraceptive practices of Brazilian adolescents: social vulnerability in question	Rozenberg, Riva; Silva, Katia Silveira da; Bonan, Claudia; Ramos, Eloane Gonçalves	Ciência & Saúde Coletiva
2013	Os direitos da criança e do adolescente na percepção de adolescentes dos contextos urbano e rural	Alves, Cássia Ferrazza; Siqueira, Aline Cardoso	Psicologia: Ciência e Profissão
2013	Serviço Social e viabilização de direitos: a licença/salário-maternidade nos casos de adoção	Segalin, Andreia	Serviço Social & Sociedade
2013	Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação	Fuziwara, Aurea Satomi	Serviço Social & Sociedade
2013	A interdisciplinaridade na violência sexual	Azambuja, Maria Regina Fay de	Serviço Social & Sociedade
2013	HIV/AIDS e reprodução: a perspectiva jurídica em análise	Moás, Luciane da Costa; Vargas, Eliane Portes; Maksud, Ivia; Britto, Ruth	Cadernos de Pesquisa

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2013	Psicologia escolar: relato de uma experiência no ensino fundamental	Cañete Vebber, Fernanda	Revista Psicologia: Teoria e Prática
2014	Garantindo direitos: um estudo do sistema socioeducativo em Santa Catarina.	Simões, Pedro	Revista Política & Sociedade
2014	O sujeito adolescente e a intervenção psicanalítica: notas a partir de um caso clínico	Teixeira, Leônia Cavalcante	Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental
2014	Oficinas de história de vida: uma construção metodológica no enlace entre psicanálise e saúde coletiva	Conte, Marta; Silveira, Marília; Torossian, Sandra Djambolakdjian; Minayo, Maria Cecília de Souza	Psicologia & Sociedade
2014	Perspectiva de adolescentes sobre seus direitos e deveres	Alves, Cássia Ferrazza; Siqueira, Aline Cardoso	Psicologia & Sociedade
2014	Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes	Rothberg, Danilo	Opinião Pública
2014	Direitos das parturientes: conhecimento da adolescente e acompanhante.	de Carvalho, Vanessa Franco; da Costa Kerber, Nalú Pereira; de Azambuja, Eliana Pinho; Bueno, Fabiely Fialho; da Silveira, Rosemary Silva; de Barros, Alessandra Mendes	Saúde E Sociedade
2014	O preço da criança e a nova cultura da adoção: do cenário politico-legal às práticas de adoção em Natal/RN.	Ferreira, Flávio Rodrigo Freire	Estudos de Sociologia
2014	Análise sobre a redução da idade penal segundo o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente	Rodrigues Laurido, Anderson; Pozzetti, Valmir César	Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho)
2014	O respeito à diversidade e a formação social do indivíduo: uma análise do bullying sofrido por crianças advindas de famílias homoafetivas	Fraga Pessanha, Jackelline; Vieira Gomes, Marcelo Sant'Anna	Opinión Jurídica
2014	O sistema judicial brasileiro e a definição do melhor interesse da criança.	Moraes, Maria Lygia Quartim de	Estudos de Sociologia
2014	Sob a tutela do biopoder: crianças com TDAH	Barbarini, Tatiana de Andrade	Estudos de Sociologia
2014	Sistemas de justiça e a vitimização secundária de crianças e ou adolescentes acometidas de violência sexual intrafamiliar.	de Souza Teixeira Roque, Eliana Mendes; das Graças Carvalho Ferriani, Maria; Gomes, Romeu; da Silva, Lygia Maria Pereira; Carlos, Diene Monique	Saúde E Sociedade
2014	Trajetórias, redes e itinerários políticos dos construtores da Lei nº n. 6.697/1979 (código de menores).	Wohnrath, Vinicius Parolin	Estudos de Sociologia
2015	Sexual and reproductive rights during adolescence: UN-Brazil interactions	de Moraes, Silvia Piedade; de Souza Vitale, Maria Sylvia	Ciência & Saúde Coletiva
2015	Depoimento sem dano: proteção integral da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar	de Barros Caribé, Julia; Sampaio Oliveira Lima, Isabel Maria	Revista Brasilei nºra de Crescimento e Desenvolvimento Humano

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2015	Recompondo corpos, reconstruindo trajetórias: ações da medicina e da justiça frente à mutilação sexual de meninos	Lacerda, Paula	Cadernos Pagu
2015	Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras	Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Raimunda Magalhães da Silva, Ludmila Fontenele Cavalcanti, Suely Ferreira Deslandes	Ciência & Saúde Coletiva
2015	Proposição de um índice do enfrentamento governamental à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes	Suely Deslandes, Corina Helena Figueira Mendes, Liana Wernersbach Pinto	Cadernos de Saúde Pública
2015	Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju	Fernanda Hermínia Oliveira Souza, Leila Maria Torraca de Brito	Psicologia Clínica
2015	Crime, Castigo e Recuperação': como adolescentes são representados em uma série de reportagens de uma TV brasileira	Marcus Antônio Assis Lima, Flávia Moreira Mota e Mota	Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação
2015	A produção de conhecimento sobre Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil	Aline Elisa Maretto Lang	Revista Emancipação
2015	A saúde das crianças no mundo e no Brasil	Malaquias Batista Filho, Rachel de Sá Barreto Luna Callou Cruz	Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil
2016	Notificação da Violência: Percepções de Operadores do Direito e Conselheiros Tutelares	Suane Pastoriza Faraj	Psicologia: Ciência e Profissão
2016	Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde	Rosangela Barbiani	Saúde em Debate
2016	o Unicef no Brasil e as práticas vizinhas na atualidade	Flávia Cristina Silveira Lemos, Jorge Moraes Costa, Vilma Nonato de Brício e Franco Farias da Cruz	Psicologia & Sociedade
2016	A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil	Alexandre Ferreira do Nascimento, Suely Ferreira Deslandes	Physis: Revista de Saúde Coletiva
2016	Da possibilidade de apadrinhamento de crianças e adolescentes no Brasil	Daniela Braga Paiano, Maurem Silva Rocha	Direito & Justiça
2016	É possível profissionalizar as famílias acolhedoras no Brasil?	Rachel Baptista	Revista Polêmica
2016	Meninos Públicos na Via Pública: O Malabarismo como Espetáculo ou a Reprodução da Pobreza	Marlene Almeida de Ataíde	Revista Emancipação
2017	Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada	Thalita Catarina Decome Poker	Psicologia & Sociedade

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2017	Estupro e gravidez de meninas de até 13 anos no Brasil: características e implicações na saúde gestacional, parto e nascimento	Rayone Moreira Costa Veloso Souto, Denise Lopes Porto, Isabella Vitral Pinto, Carlos Cezar Flores Vidotti, Laura Augusta Barufaldi, Mariana Gonçalves de Freitas, Marta Maria Alves da Silva, Cheila Marina de Lima	Ciência & Saúde Coletiva
2017	Desafios da proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte no Brasil	Salatiel, E. L., França, C. de A., Resende, J. M. & Guimarães, R. L.	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales
2017	Civil society organizations and social innovation. How and to what extent are they influencing social and political change?	Carolina Andion, Rubens Lima Moraes, Aghata Gonsalves	CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa
2017	A identidade “infante” como condição humana do sujeito constitucional: uma aproximação entre Michael Rosenfeld e Hannah Arendt à luz da PEC 171/1993	Alexandre de Castro Coura, Heleno Florindo da Silva	Revista Quaestio Juris
2017	Processo histórico e social do sentimento de infância e a realidade da criança brasileira	Ione da Silva Cunha Nogueira	RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação
2017	A (in)observância dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes em situação de rua	César Fiuza, Letícia da Silva Almeida, Anna Christina Bomfim Machado de Siqueira, Laiane Aparecida Dantas de Oliveira, Raquel Carvalho Menezes de Castro, Letícia Lima de Aguiar Menezes, Késia de Pinho Teixeira	Revista Meritum
2017	Os direitos sexuais das crianças e adolescentes no estupro de vulnerável	Luanna Tomaz de Souza	Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição
2017	A atuação dos movimentos sociais por meio do ciberativismo na defesa dos direitos dos infantes: uma análise do projeto criança e consumo e suas ações no combate à publicidade infantil	Patrícia dos Reis, Rafael Santos de Oliveira	Revista de movimentos sociais e conflitos
2017	Violência sexual contra crianças e adolescentes no campo da saúde e a intersectorialidade no sistema de garantias de direitos	Tatiane Damasceno da Hora	Sustinere Revista de saúde e educação
2017	Representações sociais sobre redução da maioridade penal: um estudo com protagonistas da rede de proteção	Adolfo Antonio Hickmann, Araci Luz, Edival Sebastião Teixeira, Girlane Moura Hickmann	Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação
2017	A Ação do Estado na Assistência Social às Famílias com Crianças e ou Adolescentes no Brasil em relação à Europa e à América Latina	Rosilene Marques Sobrinho de França, Maria D’Alva Macedo Ferreira	Revista Emancipação
2017	Programa de erradicação do trabalho infantil e garantia de direitos	Maria de Fatima Pereira Alberto	Revista Direitos Fundamentais & Democracia

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2017	A aplicabilidade da teoria do direito social de Gurvitch no reconhecimento de direitos humanos de crianças e adolescentes: estratégias para o enfrentamento ao trabalho infantil nos municípios brasileiros	Rafael Bueno da Rosa Moreira, André Viana Custódio	Revista MPBA
2017	Raça, gênero e sexualidade no conselho tutelar de Juazeiro/BA	Sérgio Pessoa Ferro	Revista de gênero, sexualidade e direito
2017	A criminalização do jovem envolvido no conflito escolar em Belo Horizonte	Suellen Nogueira Bernardes	Revista Percurso
2017	Quando os diferentes passam a ter direitos iguais: uma análise da ação direta de inconstitucionalidade – ADI 5357 e a violação dos direitos de crianças e adolescentes com deficiência	André Viana Custódio	Revista Thesis Juris
2017	Políticas públicas para crianças e adolescentes: um estudo no município de Sarandi no estado do Paraná	Augusto Cesare de Campos Soares, Adriana Comini da Silva, Alana Viotto Santos, Elvis Silvestre dos Santos, Rayra Christina Galego Costa	Revista UNIFAMMA
2018	Dos castigos escolares à construção de sujeitos de direito: contribuições de políticas de direitos humanos para uma cultura da paz nas instituições educativas	Maria Elizete Guimarães Carvalho, Grinaura Medeiros de Moraes, Bruna Katherine Guimarães Carvalho	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
2018	Articulação entre o conselho tutelar e o setor saúde no enfrentamento à violência intrafamiliar	Samira Valentim Gama Lira, Deborah Pedrosa Moreira, Gerarda Maria Araújo Carneiro, Ceci Vilar Noronha, Luiza Jane Eyre de Souza Vieira	Trabalho, Educação e Saúde
2018	Práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes	Gabriele Schek, Mara Regina Santos da Silva, Carl Lacharité, Marta Regina Cézar-Vaz, Maria Emília Nunes Bueno, Jeferson Ventura	Texto Contexto Enfermagem
2018	A atuação resolutiva do ministério público do trabalho e a promoção de direitos fundamentais de crianças e adolescentes na seara trabalhista	Sueli Teixeira Bessa, Nilton Carlos de Almeida Coutinho, Nefi Cordeiro	Argumenta Journal Law
2018	Zika, protagonismo feminino e cuidado: ensaiando zonas de contato	Martha Cristina Nunes Moreira, Corina Helena Figueira Mendes, Marcos Nascimento	Interface - Comunicação, Saúde, Educação
2018	A aplicação da responsabilidade pela perda de uma chance como decorrência do direito fundamental à convivência familiar de crianças e adolescentes	Claudio José Amaral Bahia, Leticia Nascimbem Colovati	Revista brasileira de direitos e garantias fundamentais
2018	Rede de proteção e políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco no Marajó (PA)	Ana Elizabeth Neirão Reymão, Arnaldo José Pedrosa Gomes	Revista brasileira de direitos e garantias fundamentais
2018	A invisibilidade de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro	Renata Mena Brasil do Couto	Revista Dilemas

Ano de publicação	Título do artigo científico	Autores	Revista de publicação
2018	Justiça juvenil, guerra às drogas e direitos humanos: a efetividade do princípio da excepcionalidade da medida socioeducativa de internação	Gustavo Raposo Pereira Feitosa, Acássio Pereira de Souza	Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL]
2018	A influência do direito internacional no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil	Rafael Bueno da Rosa Moreira	Revista Direitos Fundamentais & Democracia
2018	Inserção Escolar, Construção do Diagnóstico e Direitos de Crianças e Adolescentes em Sofrimento Psíquico sob a Ótica de Seus Familiares	Georgia Farah Semeghini	RevistaFSA
2018	Trabalho infantil e diálogo intercultural: caminhos possíveis?	Ismael Francisco de Souza, Maria Carolina Dos Santos Costa	Revista Meritum
2018	“Vocês me encontram em qualquer lugar”: realizando pesquisa longitudinal com adolescentes em situação de rua	Juliana Prates Santana	Revista Psico
2018	A proteção do direito à moradia adequada e sua importância para o desenvolvimento infanto juvenil na perspectiva dos direitos de personalidade	Fernando de Brito Alves, Ana Paula Meda	Revista Jurídica Cesumar - Mestrado
2019	População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil	Irene Rizzini ¹ , Renata Mena Brasil do Couto	Civitas - Revista de Ciências Sociais

Quadro 6

Antecedentes do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil

A literatura especializada demonstra que por um longo período na história brasileira crianças e adolescentes não tiveram acesso ao devido amparo judicial e político, havendo poucos registros e referências a este público até o início do século XX (Santiago, 2014). Tal literatura é marcada por uma análise histórica concentrando-se, sobretudo, nos principais marcos legais e normativos que promovem ou combatem à violação dos direitos desse público.

Assim o período até 1900, que corresponde ao **final do Império e início da República**, é descrito como um momento histórico em que o que regia a vida de crianças e adolescentes era a soberania parental. De acordo com Guimarães (2014, p. 56), “somente no fim deste período foram criadas leis para coibir castigos muito fortes que os pais davam em seus filhos [...] o que se destacava neste contexto era a caridade de igrejas para impetrar os bons costumes e o controle social para as condutas das crianças”. Nesta mesma época ocorrem as primeiras intervenções do Estado na área. No campo da educação, foi somente em 1854 que o ensino obrigatório foi regulamentado. Porém, se excluía do ensino os escravos e as crianças com doenças e não vacinadas. Assim, ficavam de fora grande parte da população que não tinha acesso à saúde e, conseqüentemente, à educação, sendo só em 1879 estabelecida a obrigatoriedade do ensino primário.

De acordo com Assis et. al (2009), no que se refere ao trabalho, foi só em 1891, com o Decreto n 1.312, que se estipulou a idade mínima de 12 anos para se trabalhar. No entanto, na prática, a realidade era bem diferente, principalmente nas indústrias nascentes e na agricultura, que contavam com grande massa de mão de obra infantil. O Código Criminal Imperial de 1830 estabeleceu responsabilidades penais às crianças e adolescentes na faixa etária de 14 a 21 anos. Já o Código Penal da República, que entrou em vigor em 1890, diminui para 9 anos a idade de imputabilidade penal para conter os “pequenos criminosos”, que apareciam com mais frequência nas maiores cidades brasileiras. Já a Lei do Ventre Livre, sancionada em 1871, foi, segundo o autor, uma das mais importantes deste período, uma vez que, libertou as crianças filhas de escravas, mesmo antes da abolição da escravidão no país.

O segundo período, reconhecido na literatura como **Primeira República**, de 1900 a 1930, ficou marcado, de acordo com Lorenzi (2016), principalmente, pela criação, em 1923, do Juizado de Menores e pela promulgação do primeiro documento direcionado à população menor de 18 anos, o Código de Menores de 1927. O código era direcionado principalmente às crianças e adolescentes em “situação irregular”, o que fica evidente já em seu 1º artigo Art 1o: “O **menor**, de um ou outro sexo, **abandonado ou delinquente**, [grifo nosso] que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”. A categoria “menor” torna-se então uma denominação estigmatizante cada vez mais utilizada pelo Estado e também pela sociedade para se referir a crianças e adolescentes usuários da política.

O **terceiro período, de 1930 a 1945, descrito como Estado Novo**, é caracterizado pelos autores pela criação e implementação das políticas públicas de seguridade social no país, criando novos dispositivos de proteção social, dentre entre elas, a legislação trabalhista e a obrigatoriedade do ensino. Lorenzi (2016) aponta que, em 1942 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, funcionando como um órgão do Ministério da Justiça. De acordo com o SAM, o qual possuía uma orientação correccional-repressiva, os adolescentes autores de ato infracional eram encaminhados aos internatos, reformatórios e casas de correção. Já os menores carentes e abandonados eram encaminhados aos patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos.

A Constituição de 1946 inicia um **quarto período com um breve intervalo democrático atravessado pelo golpe de 1964, quando se instaura o governo militar**. A nova Constituição amplia de 16 para 18 anos a idade para o trabalho noturno e a Lei Orgânica do Ensino Primário, garante o ensino público às classes mais pobres da população. Em 1948 instala-se no Brasil o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Em âmbito internacional, em 1948, é firmada a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) e a Declaração dos Direitos do Menor em 1949, após a realização da 9ª Conferência Pan-Americana da Criança. Já em 1959, ocorre a aprovação da Declaração Internacional dos Direitos da Criança pela ONU (Assis, et. al 2009).

No período militar o “problema do menor” foi tratado com a substituição do SAM, em 1964, pelo Sistema Nacional do Bem Estar do Menor, responsável por implementar no país a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBM), implementada pela Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964 e cujos órgãos executores eram as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febems) e a Funabem, em âmbito nacional. A estratégia de atendimento concebia os beneficiários como “marginalizados e carentes”, visando prover pelo Estado aquilo que havia lhe faltado no âmbito das relações sociais. A política herdou além das estruturas físicas do SAM, também o modelo correccional e repressor através de um ciclo de “apreensão – triagem – rotulação – deportação e confinamento” (Costa, 1992; Assis et. al, 2009). Neste período começam a surgir estudos mais sistemáticos sobre o tema. Destacam-se as pesquisas “A criança, o adolescente e a cidade” do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebap) e “Meninos de Rua, valores e expectativas” realizada pelo Centro de Estudos Contemporâneos (Cendec). Em 1976, é publicado o documento “A realidade do menor” resultante de uma instauração de inquérito no parlamento, que ficou conhecida como CPI do Menor (Assis et. al, 2009). Em 1979, é aprovado no Brasil o Novo Código de Menores, paradoxalmente no ano em que a Declaração Internacional dos Direitos da Criança completava 20 anos de sua proclamação. O Novo Código aplicava-se apenas a crianças e adolescentes em situação irregular e não tratava de seus direitos (Assis et. al, 2009), favorecendo e legitimando a concepção “menorista” mencionada acima.

No **final da década de 1970 e início da década de 1980, período da redemocratização**, observa-se a diversificação e a ampliação da mobilização de atores da sociedade civil brasileira (Dagnino, 2002). Destaca-se aqui o papel protagonista de uma parte dos padres e bispos da Igreja Católica com a criação da Pastoral do Menor (Costa, 1992). Todo esse movimento vai modificar a ecologia política do campo, sob a influência, de um lado, do debate e pressão exercida pela legislação internacional e pela atuação dessas instituições no país (como a Unicef) e, de outro, pela mobilização da sociedade civil, que se torna mais diversa e atuante. Tal mobilização vai culminar,

a partir de 1985, na Constituinte e na reabertura democrática brasileira. De acordo com Lorenzi (2016, p. 3), nesse momento os movimentos sociais pela infância e o debate público na arena era marcado por basicamente dois grupos e suas cosmovisões: os menoristas e os estatutistas. “Os primeiros defendiam a manutenção do Código de Menores [...] Já os estatutistas defendiam uma grande mudança no código, instituindo novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a ser sujeito de direitos e a contar com uma política de proteção integral”. Segundo o autor, a partir da pressão dos estatutistas, os quais representavam e falavam em nome de diversos movimentos sociais e coletivos que se mobilizavam em torno da causa, foi organizado, na assembleia constituinte, um grupo de trabalho com foco na temática da criança e do adolescente, que trabalhou buscando introduzir o conteúdo e as diretrizes próprias da doutrina de proteção integral da ONU, o que resultou no artigo 227 da CF/88, base para o ECA.

Fonte: Elaboração dos autores com base em Gonsalves (2015).